

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2005 A AGOSTO/2006

Publicação: Diário Oficial - Caderno II - 29/09/06

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - Portaria STN nº 586 de 29/08/05.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA SETEMBRO/2005 A AGOSTO/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.272.225.905,01
Pessoal Ativo	863.675.868,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	389.730.839,86
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, §1º da LRF)	18.819.196,44
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	337.423.453,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	91.698.555,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	217.279.846,70
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	28.445.051,30
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	
Contribuições Patronais	102.773.657,57
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	1.037.576.108,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.184.629.490,01
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)	4,90
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	1.252.011.602,86
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,615%	1.189.516.945,86

FONTES: Relatórios SIAFI/MG - RFCAE359 e NRCAE657 - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto no art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 13.435.405,24;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.457.857,32;

3190-11-44 - Ativos - Abono e Permanência - R\$ 13.551.788,74.

Desembargador HUGO BENGTTSSON JÚNIOR, Presidente; Ildelfonso de Lemos Júnior, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária, em exercício; Paulo Roberto da Silva Coutinho, Diretor da Gerência de Contabilidade e Controle de Custos; Menderson Martins Franco, Diretor do Departamento de Auditoria.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2005 A AGOSTO/2006

Publicação: Diário Oficial - Caderno II - 29/09/06

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - Portaria STN nº 586 de 29/08/2005

c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA SETEMBRO/2005 A AGOSTO/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.272.225.905,01
Pessoal Ativo	863.675.868,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	389.730.839,86
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, §1º da LRF)	18.819.196,44
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	478.988.936,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	60.813.045,29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	389.730.839,86
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	28.445.051,30
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	
Contribuições Patronais	102.773.657,57
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	896.010.626,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.184.629.490,01
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)	4,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	1.252.011.602,86
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,615%	1.189.516.945,86

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RFCAE359 e NRCAE657 - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 13.435.405,24;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.457.857,32;

3190-11-44 - Ativos - Abono e Permanência - R\$ 13.551.788,74.

Desembargador HUGO BENGTTSSON JÚNIOR, Presidente; Ildefonso de Lemos Júnior, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária, em exercício; Paulo Roberto da Silva Coutinho, Diretor da Gerência de Contabilidade e Controle de Custos; Menderson Martins Franco, Diretor do Departamento de Auditoria.